

# Sarney não conseguiu impor sua vontade

Num país em que o Executivo podia quase tudo, instalou-se antes da Constituinte a convocação generalizada de que o presidente José Sarney poderia não conseguir fazer a Constituição que queria, mas teria força política para impedir que se escrevesse uma Carta indesejada pelo Governo. Sarney não fez a Constituição que queria nem evitou o texto que não queria.

Instalado hoje ao lado direito do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, o presidente da República prometerá manter, cumprir e respeitar uma Carta que, em seu ponto de vista, tornará o País ingovernável. E cujos efeitos sobre a administração tenta neutralizar através da expedição de decretos.

Na Constituição de 315 artigos, há só dois trechos escritos segundo a vontade de José Sarney: o que lhe garante cinco anos de mandato e o que preserva o presidencialismo como sistema de Governo.

Foi o Governo quem propôs ao Congresso a convocação da Constituinte. E foi o chefe do Governo que mais se opôs aos resultados que foram surgindo do trabalho dos constituintes.

A primeira ofensiva do Governo sobre a Assembléia deu-se às vésperas da instalação. O Executivo considerava que a soberania da Assembléia não podia ser ilimitada. Poucas semanas depois o consultor-geral da República, Saulo Ramos, acenava com a hipótese de que o Governo recorresse ao Judiciário em defesa de interesses ameaçados pela Constituição. Era a discussão sobre o mandato de Sarney que ganhava corpo.

As fases de trabalho das subcomissões e comissões correram praticamente sem interferência do Executivo, cuja preocupação central continuava a ser a duração do mandato presidencial. A mobilização do Governo consistia, basicamente, na operação dos assessores parlamentares do Palácio e dos ministérios, além da presença de alguns ministros às subcomissões e depois às comissões temáticas. Nas duas instâncias prevaleceu o man-

dato de cinco anos, mas começavam a tomar forma dois textos profundamente contrários aos interesses do Executivo: o sistema tributário e os princípios gerais da ordem econômica.

**Sistematização**  
Quando se instalou a Comissão de Sistematização — terceira etapa da Constituinte —, o Governo identificou naquele grupo um importante reduto de adversários do Executivo, da ordem, do País e do povo. A resposta da Comissão a esta verdadeira operação de ataque sem tréguas foi a aprovação de um texto inadmissível para o Governo, que incluía a fixação do mandato de Sarney em quatro anos e a implantação do parlamentarismo.

O presidente Sarney, com auxílio de governadores e de algumas lideranças partidárias como o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, obteve a revisão das duas decisões no primeiro turno de votação do plenário. Não foi além disso. Agressivo no discurso, mas às vezes omissivo e quase sempre desarticulado, o governo Sarney acumulou derrotas e perdeu poder político, financeiro e administrativo. (Robson Barenho)



Os progressistas obtiveram grandes vitórias no plenário garantindo os avanços sociais

## Planalto desconhece aliados

Poucos dias depois de instalada a Assembléia Constituinte, o presidente Sarney tomava a primeira providência destinada a organizar sua base de apoio para influir na elaboração da nova Carta: transformou seu ex-ministro e deputado Carlos Sant'Anna em líder do Governo. Hoje, ao fim de 20 meses de convivência com a Constituinte, Sarney ainda não conseguiu identificar precisamente quais e quantos eram seus aliados na Assembléia.

mandato a Sarney e evitou o parlamentarismo.

No último pronunciamento que fez ao País, em cadeia de rádio e televisão, Sarney atacou praticamente todo o projeto de Constituição que o plenário aprovava em primeiro turno, pediu para a segunda fase de votação uma profunda revisão do texto. A investida resultou em resposta consagradora para o deputado Ulysses Guimarães e na confirmação de quase todo o texto pelo plenário.

A Constituinte deu ao País o sistema tributário que o Governo não queria, pela perda financeira que lhe impõe em favor de Estados e Municípios. O Legislativo passa a ter influência decisiva sobre a administração pública. Os

princípios gerais da Ordem Econômica limitam o espaço do capital estrangeiro, que Sarney queria ver ampliado.

O Presidente considerava liberal demais o capítulo dos direitos individuais e a Assembléia o manteve. Sarney também condenava o nível de benefícios garantidos aos segurados da previdência. O plenário não recuou.

O Governo fez campanha contra a anistia das dívidas contraídas por agricultores e empresários urbanos na época do Plano Cruzado. Mais uma vez não sensibilizou a maioria do plenário, que também repeliu os ataques do Executivo contra o tabelamento dos juros cobrados pelas instituições financeiras. (R. B.)

## Partidos sobreviveram aos blocos

Apesar das previsões em contrário, os partidos sobreviveram à Constituinte. As divergências internas, principalmente no PMDB e no PFL, foram suficientes para a formação de blocos por afinidades políticas e ideológicas, mas não implodiram os partidos. Dos 69 parlamentares que deixaram o PMDB — grande parte para formar o PSDB — a maioria é fez devido a problemas em seus Estados ou falta de espaço político para seus projetos eleitorais. As mesmas correntes que integravam o partido permanecem nele após as saídas à direita e à esquerda. No PFL, a mesma coisa. Os pequenos partidos, especialmente o PTB, se beneficiaram das mudanças partidárias, aumentando sua representação. Mas todos continuam pequenos.

O PMDB, o grande vencedor das eleições de 86, quando elegeu 304 parlamentares e 22 dos 23 governadores, chegou à Constituinte

com maioria absoluta, mas já dividido. A esquerda, através da liderança do senador Mário Covas, comandou a atuação das correntes progressistas, e a direita foi decisiva para a formação do Centrão. O PFL, segundo maior partido, sofreu uma dissidência liderada pelo presidente do partido, senador Marco Maciel, que teve representante próprio nas negociações realizadas na etapa final da Constituinte.

Durante todo o processo constituinte, esteve em evidência as lutas internas do PMDB, cujos integrantes não se entendiam nem em temas conjunturais como à duração do mandato presidencial e nem em questões estruturais como o modelo social e econômico para o País. Aliadas ao centro, as forças progressistas sempre foram majoritárias no PMDB, elegendos os líderes do partido na Câmara, no Senado e na própria Constituinte. A

ala conservadora, estreitamente vinculada ao Planalto, só ganhou café quando se uniu aos partidos de centro-direita como o PFL e o PDS, articulando o Centrão. Mesmo assim, essa aliança durou pouco, sendo incapaz de reverter no plenário da Constituinte a maioria das conquistas sociais aprovadas pela Comissão de Sistematização, na qual a hegemonia progressista foi bastante clara.

Os blocos formados na Constituinte praticamente se desfizeram na reta final dos trabalhos. Pragmáticos, os políticos — apesar de suas divergências — prestigiarão seus partidos porque tem eleições municipais em novembro. A Constituinte, portanto, não dividiu os partidos. A sucessão presidencial, porém, pode fazê-lo: a partir de agora, a referência mais forte para a aglutinação dos políticos passa a ser os candidatos à Presidência da República. (Andrei Meireles)

## Disposições Transitórias

As Disposições Transitórias, em seus 73 artigos, têm dispositivos que simplesmente regulamentam o que está estabelecido na parte permanente da Constituição, casuismo e também absurdos constitucionais. Nele está definido desde o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney até uma Comissão do Judiciário, Legislativo e Executivo encarregada de promover as comemorações de centenário da República e da primeira Consti-

tuição republicana do País.

Outro casuismo é o artigo que anistia o pagamento de correção monetária as dívidas contraídas durante o Plano Cruzado por pequenos e médios produtores rurais e micro e pequenos empresários. O absurdo do dispositivo não está no mérito da anistia e sim no fato de serem incluídas como dívidas do Cruzado aquelas contraídas até o dia 31 de dezembro de 1987 — quase um ano após o decreto que con-

gelou preços e salários.

Como não poderia faltar, nas Disposições Transitórias embarcaram 90 mil pessoas no maior "trem da alegria" da história do País. E dada estabilidade no emprego àqueles que ocupam função no serviço público há mais de cinco anos cujo ingresso ocorreu sem concurso público. No "trem da estabilidade" não poderão embarcar os que ocupam cargos de confiança.

Tema	Constituição em vigor	Constituição revogada
Mandato presidente Sarney	O mandato do presidente José Sarney termina no dia 15 de março de 1990. O seu sucessor será eleito em 15 de novembro de 1989, observados dois turnos.	Antimarajá
Revisão constitucional	A nova Constituição será revista daqui a cinco anos, através da maioria dos votos do Congresso Nacional.	Os vencimentos, remunerações e aposentadorias serão reduzidos quando não estiverem cumprindo o estabelecido na parte permanente da Constituição.
Plebiscito	No dia 7 de setembro de 1993 será realizado um plebiscito para o eleitorado definir se o Brasil deve ser uma república ou monarquia constitucional.	Revogação dos decretos-leis
Anistia política	Recebem anistia política os que no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição tenham sido punidos por motivos exclusivamente políticos. Isso exclui mais de 2 mil marinheiros e aeronautas que foram punidos em 1968 sob a alegação de crime administrativo. É assegurada a readmissão de todos os demitidos das estatais por motivo de greve.	São estáveis todos os servidores que estejam ocupando, sem concurso, cargo ou função pública há mais de cinco anos. Não se aplica aos cargos de confiança.
Multa por demissão	Quem for demitido antes da promulgação da legislação específica tem assegurada indenização equivalente a 40 por cento dos depósitos de FGTS. O empregado eleito para comissões internas, até um ano após o final do mandato e as gestantes, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto têm estabilidade.	Dívidas do Governo
Novos estados	Fica criado o Estado do Tocantins — desmembramento do norte de Goiás, que elegerá 90 dias após a promulgação da Constituição, o seu primeiro governador para um mandato-tampão. Os Territórios de Amapá e Roraima são transformados em Estado. Fernando de Noronha é anexado ao Estado de Pernambuco, perdendo o status de território.	Zona Franca de Manaus
		É mantida, com suas características de áreas de livre comércio de exportação e importação, por 25 anos.
		Anistia monetária
		Ficam isentos do pagamento de correção monetária sobre as dívidas contraídas durante o Plano Cruzado o micro e pequenos empresários e os mini, pequenos e médios produtores rurais, que possuam até 5 módulos rurais de terra. Aos produtores rurais não incidirá correção sobre as dívidas feitas até o dia 31 de dezembro de 1987. Só serão anistiados aqueles cujo valor inicial do empréstimo seja de, no máximo, 5 mil OTNs.
		Revisão das aposentadorias
		Os benefícios da previdência social serão revistos após a promulgação da Constituição para o restabelecimento do valor, em salários mínimos, que tinham à data de sua concessão. A atualização será feita a partir do sétimo mês após a promulgação — maio de 1989.

## Para Waldir, País é governável

Os que dizem que a nova Constituição brasileira deixa o País ingovernável são "inimigos da democracia", afirmou o governador da Bahia, Waldir Pires. Ele esteve ontem no Congresso Nacional, para agradecer a solidariedade do Senado ao seu Estado, que estaria sofrendo discriminação do Governo Federal na distribuição de verbas. Waldir Pires enfatizou que a nova Constituição é "o primeiro passo" para a consolidação do regime democrático, mas há necessidade ainda de outros "pré-requisitos", inclusive a "mudança de mentalidade".

"Nossa tarefa nunca se esgotou no combate ao regime autoritário", disse Waldir Pires. Ele enfatizou

que a luta contra a ditadura é apenas uma "preliminar", e a chegada à democracia não depende apenas da promulgação da Carta. "Temos que lutar por ela, fazer uma Nação para todos os brasileiros", afirmou.

Waldir Pires disse que fez questão de prestar uma homenagem ao Senado, "pela solidariedade ao povo da Bahia", discriminado pelo Governo Federal na distribuição de verbas. "Ninguém pode, no exercício do regime democrático, discriminar uma população, excluí-la", protestou Waldir Pires. Ele informou que, apesar da ação do Senado em defesa dos interesses da Federação, continuam sendo negadas verbas à Bahia.

O governador Waldir Pires disse que, apesar das dificuldades com relação às eleições para a prefeitura da capital baiana, está confiante quanto à vitória no restante do Estado. "Ganharemos na Bahia por maioria de votos e de municípios", frisou, admitindo que é difícil reverter o quadro em Salvador. Mas, independentemente dos resultados, jamais irá negociar em torno de "princípios". Ele não quis adiantar a estratégia política que adotará no caso de derrota, frisando apenas que a "condução da política independe de êxitos fortuitos" e que a derrota "no campo formal" muitas vezes pode se converter numa forma de avançar.

# COM A NOVA CONSTITUIÇÃO O BRASIL ESTÁ MAIS PERTO DE VOCE

**CONJUNTO NACIONAL**  
O SHOPPING PERTO DE VOCE

A Lei fundamental e suprema do nosso país está pronta. O Conjunto Nacional, compreendendo e aplaudindo a importância deste fato histórico, promove uma exposição da Nova Constituição Brasileira e a de vários outros países amigos. Visite a Expoconstituinte até 15 de outubro, na Praça das Gaivotas.